

Amazônia reúne índios das américas

EUCLIDES FARIAS
Correspondente

Belém — Trinta nações indígenas do Brasil, Canadá e Estados Unidos vão se reunir, no período de 20 a 26 de fevereiro, em Altamira (PA), com diretores do Banco Mundial para pedir a suspensão de financiamento para o governo brasileiro construir as barragens de Kararã e Babaquara, formadoras do Complexo Hidrelétrico do Xingu, previsto no plano 2.010 da Eletrobrás para começar a operar em 1992. O evento, denominado "Encontro para Salvar a Amazônia e seus Povos", terá também a presença de várias entidades ambientalistas mundiais, além de personalidades como o rei Gustavo, da Suécia, a atriz italiana Brigitte Bardot, o cantor Sting e o escritor Fernando Gabeira, presidente do Partido Verde (PV).

Este é o primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu e deverá reunir em Altamira, município do sul do Pará mais ameaçado pela construção da hidrelétrica, cerca de 1.600 índios das três américas. Essa expectativa foi anunciada ontem, em entrevista coletiva, na sede da Funai, em Belém, pelo cacique Paulino Palakan, da nação Kalapó, que juntamente com o cacique Kube-I, está organizando a reunião. "A primeira que vamos realizar com tantos irmãos", diz Palakan.

Ele estima que dez nações (70 grupos), poderão ser atingidas, perdendo terras para a formação do lago das duas barragens e sofrendo "pelo aparecimento de doenças, abertura de estradas na reserva, garimpo e o acesso do ho-

mem branco". Palakan disse que esses riscos se voltam para os Kalapó (seu povo), Paracanã, Assurini, Arara, Xicrin, Araweté, Xipala, Kruai e Kararã. Enfatizou que a preocupação não se restringe aos índios, mas também busca proteger os ribeirinhos que residem nas proximidades da chamada grande volta do Xingu, local para onde a Eletrobrás projetou as barragens.

Dentre os órgãos oficiais do Brasil, foram convidados a própria Eletrobrás, a Funai, o Ministério das Minas e Energia, a Presidência da República e a Universidade Federal do Pará. Os seis dias do en-

contro deverão ter cobertura jornalística internacional, sendo esperada a vinda de equipes do The New York Times, Washington Post, Le Figaro e BBC de Londres, além da imprensa brasileira.

Paulino Palakan, assessor da Funai em Belém, assinalou que, embora a intenção primeira seja mesmo a de impedir que o Governo Federal construa o complexo hidrelétrico, esta não é, porém, uma posição inegociável: "Se o governo der um documento dando a garantia, criando condições para os índios receberem outra terra, indenizando a terra, as roças, pôde até construir a obra".

Conselho apóia Kaipó

Os índios Kalapó e o antropólogo americano Darrel Posey, acusados de denegrir a imagem do Brasil no exterior, por fazerem discursos em praça pública, nos Estados Unidos, contra projetos hidroelétricos do Governo, ganharam ontem um forte aliado: o Conselho Superior de Liberdade de Expressão, antigo Conselho de Censura do Ministério da Justiça. Os representantes do órgão decidiram lançar ontem manifesto de repúdio à Justiça Federal, em Belém (PA), por processá-los, tendo como base a Lei dos Estrangeiros.

"O direito de liberdade de expressão, assegurado na Constituição, foi violado. Daí surge o nosso protesto", revelou o presidente do Conselho Superior, Fábio Magalhães. O pedido, feito pelo cineasta Neville D'Almeida, membro

do Codeliber e diretor da Associação Brasileira de cineastas, será encaminhado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que por sua vez o encaminhará a outros órgãos do Poder Judiciário: "Não podíamos deixar um fato tão importante ser esquecido", ressaltou Magalhães.

O plenário do órgão também moveu ação contra o assassinato do sindicalista Chico Mendes. Mesmo não podendo tomar atitudes mais severas contra os mandantes do crime, o Conselho manifestou seu repúdio à violência no norte do País: "Precisamos mudar nossa esfera de trabalho. Casos como esses agora farão parte da nossa rotina", prometeu. Sabendo que com essas manifestações, "a opinião pública passará a conhecer melhor a realidade do País".